

DESENVOLVIMENTO, MIGRAÇÃO E URBANIZAÇÃO NA CHINA: NOTAS INTRODUTÓRIAS

HELTON RICARDO OURIQUES¹
RICARDO SUGAI DE ANDRADE²

Resumo

O principal objetivo deste artigo é fazer algumas considerações sobre o processo de desenvolvimento chinês, destacando algumas de suas características. O texto mostrará o caráter “costeiro e desigual” deste desenvolvimento e abordará, também, o processo migratório e a urbanização na China contemporânea.

Palavras chave: China, desenvolvimento, migração, urbanização.

Abstract

The main purpose of this article is to do some considerations about the Chinese development process, detaching some of your characteristics. The text will show the “coastal and unequal” character of this development and it will approach, also, the migratory process and the urbanization in contemporary China.

Key words: China, development, migration, urbanization.

JEL: O53, O10, J61

Introdução

Chamada de “a fábrica do mundo” ou então comparada com um dragão que renasce, a República Popular da China vem, sem dúvidas, impressionando o mundo com a velocidade com a qual a sua economia vem se expandindo desde o início dos anos 1980. Não é para menos. A média de crescimento do PIB chinês

nas últimas três décadas é de 9,6% ao ano, sendo que em 2007 ela superou os 11%. Estes dados são ainda mais impressionantes se considerada a sua população de 1,3 bilhões de habitantes, pois pelo menos 20% das pessoas do mundo moram na China.

Vendo o país hoje é difícil imaginar que, em 1950, ano seguinte ao da Revolução Comunista, a população era de 563 milhões de pessoas e mais de 80% destas estavam no campo. E que era, como nos lembra ARRIGHI (2008), o país mais pobre do mundo. Além disso, também impressiona saber que o país passou, nestes mais de 50 anos após a Revolução, por momentos de penúria como uma grande falta de alimentos após o Grande Salto Adiante, em 1961, quando o PIB chegou a cair 27% em apenas um ano. Dados os limites inerentes a um texto exploratório, este artigo pretende apenas apresentar um breve panorama do desenvolvimento chinês, com ênfase na migração e na urbanização.

2. Desenvolvimento pós Revolução Comunista: breve panorama

A China saiu muito enfraquecida da Segunda Guerra Mundial. A ocupação japonesa, que durou até o final da Guerra, além de ter colocado

parte da população chinesa em situação de escravidão, dominou a área dinâmica da economia, a região da Manchúria, situada a Nordeste do país. O governo do *Kuomintang*, liderado por Chiang Kai Chek, amargou uma falta de popularidade, em parte por ter sido incapaz de organizar uma resistência à altura do adversário Mao Zedong, que liderava a organização comunista e já havia dado provas de força como a Grande Marcha, crescia em popularidade (BIANCO, 2006). Em 1949, os comunistas tomaram o poder, com grande apoio popular.

O novo governo passou a tomar medidas para mudar radicalmente tanto o modo de organização da China como a maneira de pensar da população, como destacado por Bianco (2006) e Fairbank & Goldman (2008). Como afirma Oliveira (2005, p. 4),

a Revolução varre do solo chinês as forças responsáveis pelo atraso, pela paralisia e pelas tendências desagregadoras do país. São eliminados os restos das antigas burocracias civis e militares que sobreviveram à queda do império, os proprietários de terras parasitários que viviam de rendas e as camadas burguesas ligadas ao comércio exterior, criadas com a ocupação de regiões do país por potências estrangeiras.

¹ Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC - helton@cse.ufsc.br

² Economista graduado pela UFSC.

A agricultura passou por uma reforma agrária radical, eliminando os grandes proprietários e a agricultura familiar, e organizando os camponeses em comunas agrícolas. O controle da economia foi centralizado, seguindo o modelo soviético, com empresas estatizadas e planos quinquenais. Nas duas décadas que se seguiram à revolução, o governo buscou a descentralização industrial e a convergência da renda entre as regiões.

O primeiro plano quinquenal data de 1953. Seguindo o modelo soviético, buscou-se a industrialização pesada do país. Para tanto, o governo precisou manejar o excedente agrícola de forma que este assegurasse recursos suficientes para a industrialização. É justamente neste momento que o controle sobre a população se tornou necessário. Este controle tornou-se útil tanto para manejar o excedente agrícola e os salários quanto para alocar recursos humanos nas obras de industrialização e de ocupação do território. Para permitir este controle, foi criado, na época do primeiro plano quinquenal (1953-57), o *hukou*, espécie de passaporte interno para a população.

Neste primeiro período da industrialização, a China recebeu forte apoio financeiro e tecnológico soviético (BIANCO, 2006). Este quadro mudaria apenas em 1960, com um corte da assistência soviética à China, em resposta à política autônoma desta última. Em consequência, já em 1963 ocorre o rompimento das relações entre os dois países. Neste meio tempo, durante o segundo plano quinquenal, acontece o Grande Salto Adiante. A proposta era descentralizar parte das decisões do governo fortalecendo as comunas agrícolas, ao mesmo tempo em que a produção industrial ganharia maior atenção. Deixadas à própria sorte, as comunas deveriam produzir, distribuir e cuidar das infraestruturas regionais, além de enviar excedentes à cidade (SPENCE, 1996). Apresentado como um novo passo em direção ao comunismo acabou sendo uma

“ Durante o período de Mao Zedong, o setor industrial foi em boa parte realocado para regiões interioranas. Apesar de o litoral Sul não concentrar as manufaturas no período, os litorais centro e norte eram as áreas proeminentes até então.... ”

tragédia³, pois a produção de alimentos teve uma expressiva queda, colocando grande parte da população em situação de fome – acredita-se que até 30 milhões de pessoas morreram devido à fome (SPENCE, 1996).

Para revitalizar o governo e recuperar o seu prestígio, Mao Tsé-Tung organiza a Grande Revolução Cultural do Proletariado (conhecida como Revolução Cultural), que aconteceu entre 1966 e 1968. Depois da Revolução, os quadros do governo foram completados em grande parte por indivíduos cultos da sociedade, educados sob a tradição confucionista. Esses criaram novas burocracias civis e militares que, na visão de Mao, poderiam paralisar o desenvolvimento do país, como aconteceu na China anterior à revolução (RUIZ, 2006). Neste intuito, e também provavelmente com a intenção de consolidar o seu poder, Mao Zedong promove grande perseguição política a líderes do governo.

Deng Xiaoping, que viria a ser o presidente, na época foi enviado a um campo de reeducação, e seu irmão foi morto. As comunas também foram reorganizadas. A Revolução Cultural só terminou com a intervenção do Exército de Libertação do Povo. Apesar do aumento no prestígio de Mao neste período, o desenvolvimento da economia do país, mais uma vez, sofre um revés, com uma diminuição da produção agrícola.

Durante o período de Mao Zedong, o setor industrial foi em boa parte realocado para regiões interioranas. Apesar de o litoral Sul não concentrar as manufaturas no período, os litorais Centro e Norte eram as áreas proeminentes até então. A principal razão para esta realocação parece ter sido estratégica. Uma vez que a China previa um eventual conflito militar com os EUA ou outros países do ocidente, interiorizar a produção era uma maneira de evitar uma fragilidade. Nas palavras de Bao, Chang e Sachs (2002, p. 95)

Muitas companhias de Shanghai ou outras regiões costeiras foram realocadas para as montanhas em Guizhou, Sichuan e Hubei, onde estradas ou trilhos de trem eram precários ou inexistiam, água e eletricidade faltavam, e os mercados de matérias primas e produtos eram distantes. Estas fábricas muitas vezes não puderam produzir nada por anos após as transferências, tornando seu equipamento rústico e pouco funcional. Só uma fração das empresas realocadas conseguiu produzir bens, mas, na maioria das vezes, limitados a produtos militares e com custos econômicos imensos.

Contudo, as decisões econômicas se tornaram cada vez mais pragmáticas e funcionais a partir dos anos 1970.

³ De acordo com Fairbank e Goldman (2008), “O maior crime dessa época foi o aumento da requisição e coleta de grãos dos vilarejos, justamente quando haviam tido problemas com a colheita causados não só pela demanda de mão-de-obra para serviços públicos, como também devido ao mau tempo. Por conseguinte, a população ficou reduzida em algumas áreas a apenas metade ou até mesmo a um quinto da sua habitual reserva de grãos” (p. 342).

“ As reformas buscaram conciliar elementos do socialismo chinês com a economia de mercado ocidental. Os governantes acreditavam que cada país pedia um modelo de desenvolvimento próprio para as suas peculiaridades... ”

Os anos 1970 foram marcados por um aumento das propostas liberalizantes, por uma reaproximação dos EUA – a China entra para a ONU em 1970 e em 1972 recebe a visita de Nixon – e pela morte de Mao Zedong. Enquanto em 1975 é anunciado o plano denominado das “quatro modernizações”, mas apenas após a morte de Mao, em 1976, é que a liberalização se torna uma política econômica (SPENCE, 1996). As “quatro modernizações” significavam mudanças na agricultura, na indústria, no desenvolvimento tecnológico e nas forças armadas. No início das reformas, a China era basicamente uma economia agrícola. Apenas uma reduzida indústria pesada havia sido implantada. No início dos anos 1950, com assistência dos soviéticos, e durante as décadas de 1960 e 1970, pelos próprios chineses. Estas indústrias se concentraram na Manchúria, região Norte, e em regiões centrais. Além disso, a diferença de renda entre a população que habitava o interior do país e a região costeira não era substancial neste período – disparidade que irá aumentar fortemente com as reformas. A região costeira, no final da era Mao, estava basicamente baseada nas mesmas atividades do período anterior à Revolução (BAO, CHANG e SACHS, 2002).

As reformas chinesas se caracterizaram e se distinguiram daquelas executadas nos países da antiga União Soviética por terem sido implementadas de maneira gradual. Cada nova medida foi testada experimentalmente – o que ainda acontece hoje –, evitando muitos problemas que poderiam acontecer numa brusca mudança de uma economia planificada para a de mercado. Esta postura experimental incentivou o governo a ser aberto às mais diversas políticas, considerando todos meios possíveis para se reformar a sua economia. Liu e Garino (2001, p. 2) resumem esta opção da seguinte maneira:

a reforma chinesa não adotou uma postura cortante para transformar a economia, nem seguiu uma privatização em larga escala, o que contrasta com outras antigas economias socialistas. Estas últimas implementaram um leque radical de mudanças, junto a um completo programa de privatizações. A experiência chinesa de reforma tem sido única, no sentido de que ela não começou com uma trilha definida ou um objetivo final de chegar a ser uma economia de mercado. Mais do que tudo, ela adotou uma estratégia de tentativa e erro.

As reformas buscaram conciliar elementos do socialismo chinês com a economia de mercado ocidental. Os governantes acreditavam que cada país pedia um modelo de desenvolvimento próprio para as suas peculiaridades. DENG XIAOPING (1982), no discurso de abertura do XX Congresso do Partido Comunista da China, afirmou:

[...] na revolução e na construção nos devemos aprender com os países estrangeiros e pensar a partir da experiência deles. Entretanto, aplicar mecanicamente um modelo externo ou copiar a experiência de outro país nos irá levar a lugar nenhum [...] Nós precisamos integrar

as verdades do marxismo com as realidades concretas da China, construindo um socialismo com características chinesas – esta é a conclusão que chegamos após rever nossa longa história.

As grandes reformas econômicas começam com a agricultura em 1978, ano em que Deng Xiaoping se torna presidente⁴. A agricultura, até então, era em grande parte deixada à própria sorte. Esta relação com o campo, entretanto, não é exclusiva da China. Como nos ensina Singer (1975, p. 12) “o que caracteriza o campo, em contraste com a cidade, é que ele pode ser – e, de fato muitas vezes tem sido – autossuficiente”. A reforma na agricultura eliminou praticamente todas as comunas e restaurou a agricultura familiar. A agricultura familiar voltou a ser majoritária por volta de 1982. A agricultura familiar se tornou uma espécie de empresa rural, pois as atividades no campo passaram a ser reguladas por contratos de responsabilidade. Os camponeses se comprometiam com o governo a produzir um nível mínimo que seria vendido ao Estado por um preço fixo. O restante da produção era de propriedade dos agricultores, podendo ser comercializado nos mercados locais, os quais também foram organizados pela reforma. Muito bem sucedida, esta reforma sustentou a transição da economia centralizada para a de mercado, tanto politicamente, dando credibilidade a Deng Xiaoping, quanto em termos de recursos, aumentando a renda da população e o excedente (XIE, 2003). O cultivo aumentou e a produção de grãos subiu de 304,8 milhões de toneladas, em 1978, para 407,3 milhões de toneladas em 1984. Este número continuou subindo, incentivado, num segundo momento, pela aplicação de fertilizantes e outras inovações tecnológicas, fazendo a produção atingir um pico de 508,4 milhões de grãos em

⁴ Para uma compreensão do papel estratégico de Deng Xiaoping no processo de mudanças chinês a partir de 1978, ver MARTI (2007).

1999 (HEILIG, 1999). Nos últimos anos, entretanto, em razão da perda de terras cultiváveis para a indústria e para a urbanização e sob o efeito da migração de mão de obra do campo para a cidade, a produção de grãos tem caído. A queda, apesar de moderada, tem sido constante, obrigando o país a ser tornar um importador de grãos e de outros alimentos. Em 2004, medidas de redução dos impostos sobre a agricultura e incentivos tentaram contrabalançar esta tendência, melhorando o volume da produção (HEILIG, 1999).

Consecutivamente às reformas na agricultura, o governo passou a mirar o mercado e os investimentos externos como uma alavanca para o crescimento interno. Em 1979 foram criadas, de maneira experimental, as duas primeiras Zonas Econômicas Especiais (ZEE). Estas foram em Guangdong e Fujian, as duas províncias no litoral sudeste do país, viradas para Hong Kong e Taiwan. E em Guangdong que se localiza a cidade de Guangzhou, símbolo do desenvolvimento chinês na década de 1990. Estas áreas se especializaram em processamento para exportação e tiveram liberdade para receber investimentos estrangeiros, importar insumos e realizar operações cambiais. Ao contrário do previsto pelo governo, a entrada de investimentos estrangeiros (IDE) foi moderada durante a década de 1980. A maior parte dos recursos nesta época provém de chineses no exterior, em especial dos que foram para Hong Kong e Taiwan. Apesar das ZEE, a entrada destes recursos era bastante limitada, pois o governo exigia a formação de *joint-ventures* entre empresas locais e estrangeiras e a transferência de tecnologia. Além disso, estas zonas foram alvo de muita corrupção e especulação imobiliária.

O governo, em resposta, introduziu novas reformas no decorrer da década de 1980, alterando a burocracia das ZEE e expandindo o seu número. O grande salto na entrada de recursos estrangeiros só acontece a partir de 1992, quando o governo

destrava as barreiras para a entrada de empresas estrangeiras, adota um sistema completo de preços de mercado e cria uma infraestrutura atrativa para as empresas estrangeiras. Além disso, foram dados muitos incentivos fiscais e crédito local para investidores (BAO, CHANG e SACHS, 2002). Foi um grande *boom* econômico, que girou em torno das cidades litorâneas, contempladas com as políticas. Em 1992, também, a abrangência das ZEE foi aumentada. Todas as capitais de província e o litoral foram abertos para investimento privado; estrangeiro ou nacional.

Durante a década de 1980, o governo também foi retirando barreiras à iniciativa privada nacional. As mudanças graduais começaram em 1980, com um experimento na província de Sichuan. Os dirigentes de certas empresas estatais ganharam autonomia de produção e incentivos materiais para aumentar a vitalidade e a eficiência dos seus negócios. Após quatro anos desta experiência, o governo decidiu aumentar a autonomia de todas as empresas estatais, dando liberdade a elas de planejar a quantidade de produção e guardar os lucros acima do patamar que deveriam enviar ao Estado. As contas das estatais foram separadas das do Estado. Estas reformas de 1984 também contribuíram para fortalecer desigualdades regionais que se formavam à época. Como as províncias mais ricas tinham um setor industrial mais amplo, elas tenderam a ganhar mais com essas reformas (TSUI, 1996).

As reformas no sistema de preços começaram no início dos anos 1980. Foi criado um mercado para preços de certas commodities, o que foi bem sucedido para incentivar a oferta. Em 1984, o país adotou um sistema de preços duplo. Foi uma mistura de economia de mercado e planejada, onde tudo tinha dois preços (ALONSO, 2005). Isto funcionou como um laboratório do mercado para os chineses, que durante três décadas viveram numa economia planejada. A reforma no sistema de preços culminou com a decisão tomada

no Congresso do Partido Comunista de 1993 de liberar todos os preços da economia e desenvolver uma economia completa de mercado.

As mudanças sofridas pelo país na década de 1980 não vieram sem problemas. Inflação e superaquecimento da economia foram companheiros da abertura. Em 1980, a China se torna “nação mais favorecida” no comércio com os EUA, estimulando as empresas exportadoras no seu território. A China também entrou no FMI e no Banco Mundial neste mesmo ano. Isto, junto com uma desvalorização na moeda local, acelerou o crescimento ao longo da década. Entre 1984 e 1989, o crescimento real anual médio no país foi de 12,1%. No final da década, a inflação se tornou galopante, influenciada por uma corrida às compras resultante de uma tentativa de liberalização dos preços no atacado, ocorrida em 1988. O governo precisou cortar muitos investimentos que havia planejado para conter a demanda doméstica (XIE, 1993). É interessante notar que o crescimento na década de 1980 não foi vinculado a um superávit nas exportações. De 1980 a 1989, a balança comercial chinesa foi deficitária em todos os anos. A política do governo era investir em infraestrutura, tanto para atrair investimentos estrangeiros, como o fez no litoral, como para preparar o desenvolvimento do próprio sistema produtivo. Assim, o governo passou a década com uma forte política de importação de bens de capital, conseguindo trazer a sua indústria aos padrões ocidentais (OLIVEIRA, 2007).

Um grande divisor de águas na abertura chinesa foi a visita de Deng Xiaoping para Guangdong e Shanghai, duas grandes receptoras de investimentos estrangeiros. Nesta visita, o presidente chinês chamou os estrangeiros a investirem no país e garantiu a segurança destes investimentos. A iniciativa foi confirmada, pouco tempo depois, pela adoção de uma economia plena de mercado, pela criação de um regime legal interno e pela generalização das

ZEE. Em 1992, o secretário-geral do PCC, Ziming Jiang, declarou: “nós deveríamos vigorosamente aprender e adaptar coisas úteis dos países capitalistas” (XIE, 1993, p. 199). O primeiro-ministro na época, Li Peng, antecipando as reformas que viriam em 1992, também afirmou: “o altamente centralizado sistema de planejamento econômico deve ser substituído pela harmonia do planejamento e economia de mercado em conjunto” (XIE, 1993, p. 199).

As políticas de abertura gradual envolveram escolhas que privilegiaram certas áreas e setores. Tanto em razão da escolha do caminho pela tentativa e erro como por conta dos limites na capacidade do Estado em fazer investimentos fixos que estimulasse a iniciativa privada, a área litorânea e as grandes cidades se tornaram os centros dinâmicos da economia. As reformas iniciadas por Deng Xiaoping contribuíram para aumentar a concentração da atividade econômica, apesar de desconcentrar o controle político. Buscando crescimento econômico, as políticas de Deng Xiaoping favoreceram regiões que tinham melhores condições de desenvolvimento, ou seja, conforme o entendimento da época, as que ficassem perto da costa, e tivessem portos e infraestrutura necessária para o comércio internacional. Consolidou-se assim um desenvolvimento “costeiro e desigual”.

O esquema político que definiu a divisão regional foram os planos quinquenais. O sexto plano, de 1981 a 1985, indicava a preferência por certas províncias e apontava possíveis centros de crescimento. Já o sétimo plano foi categórico. Ele trouxe a idéia de três cinturões econômicos: região costeira, central e oeste. A região oeste ficaria focada na pecuária, extrativismo vegetal e mineração. A região central ficaria com a geração de energia e produção agrícola. A costeira, entretanto, ficaria com o peso da industrialização incentivada pelo mercado externo e pelo investimento direto estrangeiro (RUIZ, 2006).

TABELA I – Investimento Direto Estrangeiro (acumulado 1992-98)

Província	US\$ Milhões	%	Região
Guandong	68.401,03	28,00	Leste
Jiangsu	30.537,91	12,50	Leste
Fujian	24.548,92	10,04	Leste
Xangai	20.853,60	8,53	Leste
Shandong	16.259,06	6,65	Leste
Liaoning	11.170,71	4,57	Leste
Tianjin	10.035,07	4,10	Leste
Beijin	8.782,11	3,59	Leste
Zhejiang	8.043,92	3,29	Leste
Hainan	5.351,58	2,19	Sul
Guangxi	5.010,58	2,05	Sul
Hebei	4.491,69	2,02	Leste
Hubei	4.536,58	1,85	Centro
Hunan	3.886,82	1,59	Centro
Sichuan	3.208,72	1,31	Centro
Henan	3.055,49	1,25	Centro
Heilongjiang	2.997,06	1,22	Norte
Outras províncias	12.336,06	5,05	
Total	244.277,66	100	

Fonte: RUIZ (2006)

Conforme mostra a Tabela 1, os investimentos estrangeiros se concentraram massivamente na região costeira, descrita como Leste. Conforme a tabela, o investimento estrangeiro acumulado de 1992 a 1998 na região costeira representa 83,29% do total do investimento que entrou no país no período. A região central, em contraste, recebeu apenas 6% dos investimentos no período. O valor total recebido pela China entre 1992 e 1998, portanto, é cerca de três vezes o recebido pelo Brasil. Como ilustração, a primeira província da lista, com 28% do total dos investimentos estrangeiros acumulados no período é Guandong, pioneira na abertura para o exterior e vizinha da potência Hong Kong.

É importante acrescentar que as escolhas políticas não foram o único fator que impulsionou o litoral. A partir de 1994 a maioria das grandes cidades no interior foi aberta para investimentos estrangeiros e capitais privados. Os governos destas locali-

dades providenciaram por isso muitos incentivos aos investimentos. Entretanto, não se observou uma dispersão do dinamismo econômico para fora do litoral. As áreas rurais continuam com uma infraestrutura precária. Conforme Liang, Chen e Gu (2002, p. 1185), “muitas áreas rurais da China não têm estradas e trilhos adequados, o que definitivamente

“ É importante acrescentar que as escolhas políticas não foram o único fator que impulsionou o litoral. A partir de 1994 a maioria das grandes cidades no interior foi aberta para investimentos... ”

limita o potencial de industrialização destas áreas". Dois outros fatores são também importantes nesta concentração. Por um lado, o investimento já existente serviu como um motor de crescimento no litoral, criando atrativos pela aglomeração produtiva. Por outro, a região costeira tem uma grande vantagem espacial e topográfica. É a região que concentra os portos do país e tem o relevo menos acidentado do território. Conforme Bao, Chang e Sachs (2002, p. 98) "estas vantagens reduzem os custos de transporte e comunicação, aumentando, então, o retorno dos investimentos e atraindo mais capital. Além disto, há a óbvia proximidade com os mercados externos. Assim, tanto as políticas quanto a infraestrutura e as vantagens geomorfológicas do litoral contribuíram para o seu dinamismo.

O cinturão costeiro, beneficiado tanto pelas políticas quanto pelo capital vindo do exterior, tornou-se a zona mais dinâmica da economia chinesa. No período de 1978 a 1997, o PIB per capita das regiões costeiras cresceu em média 10%, enquanto o das províncias centrais 8,4% e o das remotas regiões a oeste 7,4%. A diferença, que é marcante levando em conta o longo período considerado, se torna ainda mais impactante se considerarmos que as regiões costeiras receberam muitos migrantes provenientes do centro e do oeste no período – cerca de 150 milhões de trabalhadores migraram para as regiões econômicas mais dinâmicas nas últimas três décadas.

A Figura 1 mostra o crescimento econômico anual médio das províncias chinesas entre 1978 e 1997. As cores mais escuras correspondem a um maior crescimento de renda anual. A intenção é, em linhas gerais, mostrar a diferença de crescimento entre as províncias, o que levou a um aumento da desigualdade econômica. Além disto, houve a formação de um cinturão litorâneo de alto crescimento, que se beneficiou mais das décadas posteriores às reformas de Deng Xiaoping.

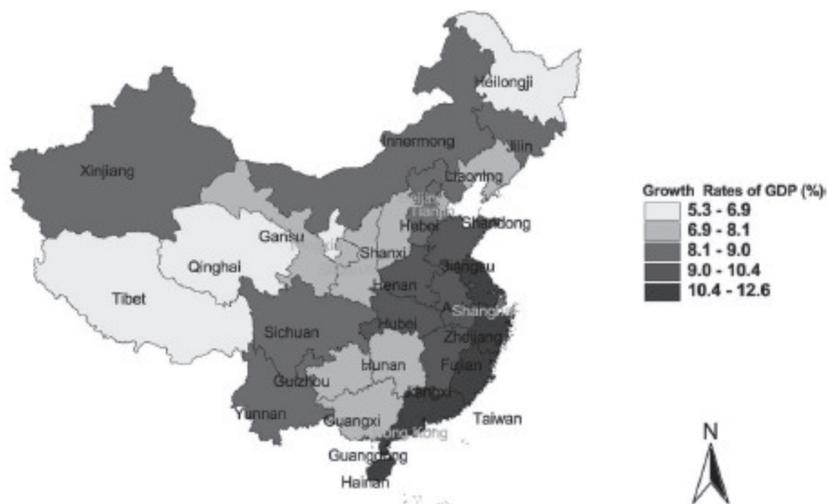


Figura 1: Crescimento econômico anual médio (1978-1997)

Fonte: BAO, CHANG e SACHS (2002).

A China alcançou, na virada do século, grande sucesso econômico, mas com o ônus de um desequilíbrio regional (LIMA, 2007; HARVEY, 2008). Nas palavras de TSUI (1996, p. 365):

as reformas econômicas na indústria urbana, a descentralização fiscal, o desenvolvimento rápido de indústrias na região costeira, o crescimento rápido do setor terciário e o fluxo de capital estrangeiro para as províncias mais ricas parecem ser responsáveis pelo aumento das desigualdades entre províncias desde a metade dos anos 1980.

Concomitante a este crescimento econômico vertiginoso nos meios urbanos e no litoral houve um incremento na urbanização e também um movimento migratório interno de grande força, como relatado por FAIRBANK e GOLDMAN (2008, p. 399):

em meados da década de 1990, a migração interna na China, ou a dita 'população flutuante', movia-se por todo o país. As empresas não estatais e as *joint ventures* atraíam mulheres jovens e homens adultos das regiões mais pobres para trabalhar com salários baixos que, entretanto, eram altos comparados com seus rendimentos em seus locais de origem.

A abertura econômica do país também trouxe um aumento da desigualdade entre os cidadãos. Acostumados a uma economia sem mercado, onde os preços e salários eram praticamente constantes e pouco diferenciados por atividade ou função, os chineses vivem hoje um crescimento econômico que favorece mais alguns cidadãos do que outros. Segundo HARVEY (2008, p. 137),

a disparidade entre rendas rurais e rendas urbanas aumentou acentuadamente. Estas, que eram em média 80 dólares anuais em 1985, dispararam para 1.000 em 2004, ao passo que aquelas passaram de mais ou menos 50 dólares para cerca de 300 nesse mesmo período.

A China tinha em 2005 um índice de Gini de aproximadamente 0,480, o qual vem crescendo a mais de 6% ao ano desde o início dos anos 1990⁵. Apesar de ainda não estar perto do caso brasileiro, a China é hoje mais desigual que praticamente todas as economias do leste asiático – e as exceções não são representativas, como Brunei. Na China, já em 2001, os 20% mais ricos da população urbana recebiam 42% dos rendimentos totais, enquanto os 20%

⁵ The Economist. Dreaming of harmony. Artigo de 19.10.2006. Disponível em www.economist.com

mais pobres recebiam apenas 6,5%. Este índice tende a se agravar. Em 2006, a China possuía cerca de 345 mil milionários – a categoria considera pessoas com mais de um milhão de dólares investidos⁶. Colaborando com este aumento no índice de Gini está o fato de que as reformas não aumentaram a renda efetiva de parte da população.

Como afirmam Meng, Gregory e Wang (2005, p. 711),

a propensão a poupar, o preço relativo dos alimentos, a necessidade de gastar mais para serviços médicos, educação e moradia, e a crescente desigualdade de renda contribuíram para um aumento na pobreza relativa. No período (1986 a 2000), estes quatro efeitos suplantaram os benefícios do aumento de renda na redução da pobreza.

Os autores consideram que o aumento das incertezas numa economia de mercado aumenta a propensão a poupar da população, e a abertura dos serviços e preços ao mercado inflacionou os alimentos e aumentou o preço de serviços públicos ou essenciais que antes eram mesmo gratuitos.

As reformas chinesas mantêm-se contínuas, apesar das maiores mudanças terem acontecido até a década de 1990. Entre as principais medidas tomadas nos últimos anos, podem-se citar: a mudança nos tributos; a criação de uma legislação para a iniciativa privada; a abertura cada vez maior para empresas estrangeiras se instalarem no país – principalmente após a entrada da China na OMC, em 2001 –; a privatização de empresas estatais e a criação de campeões nacionais – em 1997 que o PCC autorizou a privatização de parte das companhias estatais, deixando, porém, as mais importantes sob domínio do Estado –; e incentivos para o fortalecimento do mercado interno. As reformas vêm alterando o perfil da economia chinesa, que cada vez mais internaliza processos industriais, avança para a alta tecnologia e diminui a sua dependência dos mercados externos.

Hoje, ao contrário dos anos 1970, afirmar que a economia chinesa é movida pelas exportações é um mito. Apesar da relação entre as exportações e o PIB em 2007 ser de 40%, este número é sobrevalorizado em razão da maior parte da indústria manufatureira chinesa funcionar montando e trabalhando sobre componentes importados – o valor das exportações, assim, é em grande parte composto por importações feitas anteriormente, e não apenas produtos locais. Caso se calcule o valor das exportações em termos de valor agregado, da mesma maneira do PIB, a relação entre os dois cairá para 10%. Neste patamar, a China estaria um pouco mais exposta ao desempenho das exportações do que o Japão, mas muito menos do que economias baseadas no mercado externo como Taiwan e Cingapura⁷. Segundo ANDERSON (2007), a economia chinesa hoje se assemelha mais com a dos EUA do que a das economias asiáticas, estas últimas estando muito voltadas para o mercado externo. O autor encontra uma relação muito fraca entre o desempenho do comércio exterior chinês e o de seu produto interno bruto. O mercado interno chinês há alguns anos vem crescendo a uma média de 9% ao ano. Durante o período 1999-2007, apresentado na reportagem citada pela revista *The Economist*, o investimento e o consumo foram as duas categorias que mais contribuíram para o aumento na renda interna do país. A participação das exportações líquidas varia bastante conforme o ano e não chega a ser muito expressiva. Assim, esta não deve ser considerada como o fator dinâmico da economia chinesa atual.

3. Os fluxos migratórios

Em termos geográficos, os fluxos migratórios internos chineses se originam nas regiões mais pobres e se

destinam às mais prósperas. Conforme apresentado anteriormente, a região menos favorecida da China é a oeste. Apesar de o extremo-oeste apresentar uma disponibilidade de matérias-primas superior à da região costeira, a população destes locais vive em condições econômicas mais precárias do que a da região leste do país. Conforme relatório do Banco Mundial (2001, p. 43), “cerca de dois terços dos domicílios pobres da China ficam na região oeste do país, longe da zona costeira, que vem tendo um boom econômico”. As razões disto são tanto o desenvolvimento histórico destes locais como as políticas implementadas pelo governo chinês após a década de 1970. Como se sabe, estas políticas deslocaram o eixo histórico de desigualdade regional de Norte-Sul para Leste-Oeste, sendo os primeiros os mais prósperos. Como afirma Ruiz (2006), apenas no período inicial destas políticas pós-reforma se registrou queda nas desigualdades espaciais chinesas. Desde então, a polarização campo-cidade, as diferenças inter-regionais e interprovinciais se acentuaram e geraram crescentes tensões políticas (TSUI, 1996). Para ilustrar a questão, já discutida na primeira parte deste artigo, é interessante citar novamente o sétimo plano quinquenal, vigente de 1986 a 1990. O plano propunha a idéia de “três cinturões econômicos” (RUIZ, 2006). Estes eram: a região costeira, a região central e a região oeste. A região oeste ficaria especialmente com a pecuária, extrativismo vegetal e mineração, e a região central com as atividades de produção agrícola e geração de energia. Enquanto isso, a região costeira seria alvo da industrialização incentivada pelos investimentos estrangeiros e mercado externo. Esta idéia, que buscava a eficiência econômica, inevitavelmente enriqueceria de maneira desigual a região costeira em relação às outras regiões.

⁶ Agência *France Express*. Dados do Banco Merrill Lynch. Disponível em <http://afp.google.com>. Acesso em dezembro de 2007.

⁷ *The Economist*. An old Chinese myth. Artigo de 03.01.2008. Disponível em www.economist.com. Acesso em fevereiro de 2008.

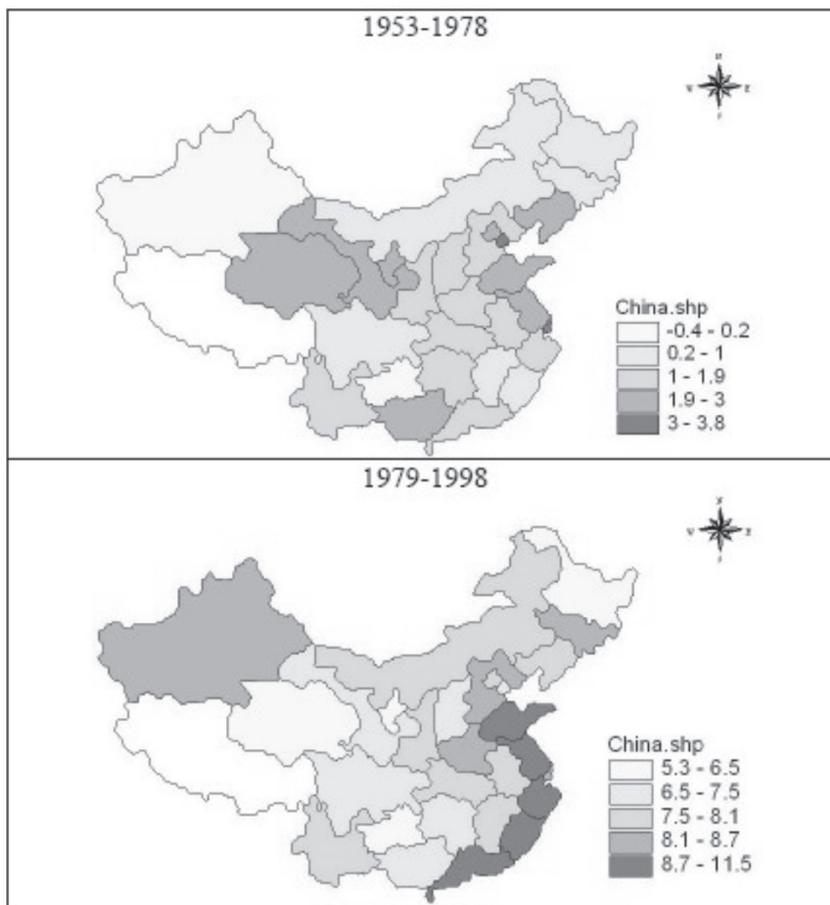


Figura 2: Taxa média de crescimento anual do PIB per capita (%)
 Fonte: Ruiz (2006)

Como mostra a Figura 2, foi exatamente isso o que aconteceu. Entre 1953 e 1978, apesar de um crescimento acima da média ter acontecido em províncias como Guanzi e Qinghai, as quais foram alijadas do enriquecimento após as reformas econômicas, as vedetes foram Pequim e Shanghai, com crescimento médio anual acima de 3%. Este período é marcado pelo Grande Salto Adiante e pela Revolução Cultural, assim como a mudança na liderança política com a morte de Mao Zedong. No período entre 1979 e 1998, a Figura indica que o maior crescimento esteve concentrado na região costeira, refletindo a estratégia adotada pelo governo de crescimento em polos regionais e voltada para a exportação. A zona de alto crescimento forma um cinturão, indo de Guangdong a Shandong. Este cinturão inclui todas

as ZEE criadas, salvo Shanghai, província que abriga a ZEE de Pudong. O cinturão de alto crescimento, portanto, tem uma forte relação com as políticas chinesas de crescimento por exportações. As províncias de maior crescimento são justamente aquelas escolhidas pelos planos quinquenais de desenvolvimento, após 1986, como alvo da política de abertura econômica e desenvolvimento.

Assim, precisando em termos geográficos, o estudo de Zhang (2002) mostrou que a região Centro-Sul é a maior fornecedora de mão-de-obra enquanto as regiões costeiras e os dois maiores polos econômicos do país, Shanghai e Pequim, são os maiores centros receptores de mão de obra migrante. MURPHY (2006) afirma que, em média, as pessoas do campo recebem um terço dos

rendimentos da cidade, um quinto se comparado com as regiões urbanas do litoral. Em outras palavras, afirma-se que o alto crescimento econômico é um fator de atração populacional enquanto o baixo crescimento econômico é um fator de expulsão populacional. Conforme SINGER (1975, p. 40),

os fatores de expulsão definem as áreas onde se originam os fluxos migratórios, mas são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos e as áreas às quais se destinam. Entre os fatores de atração, o mais importante é a demanda por força de trabalho.

Outras mudanças também contribuíram para esse esforço migratório. Como principal efeito de expulsão da população do campo, podemos apontar o aumento da produtividade e a mecanização no campo, crescentes e generalizados após o final da década de 1970. Como afirma MASSEY, citada em LIANG (2002, p. 391), “a penetração de capital dentro da agricultura camponesa é muito desestabilizadora, pois, por definição, essa penetração economiza mais trabalho do que o cria”. Foi em razão disto que um grande contingente de trabalhadores se tornou excedente no campo – excedente que buscará a cidade, símbolo de oportunidades na China moderna. LIANG (2002), da mesma maneira, relaciona a modernização no campo com a migração para a cidade. O autor, a partir de um estudo empírico, conclui que o desenvolvimento de empresas rurais não contém o fluxo de emigrantes do campo para a cidade. O campo chinês, apesar de não ser dominado por latifúndios, como no caso do Brasil e do Paraguai, criou fatores que incentivaram a saída do trabalhador do campo. Estes fatores são, em boa parte, consequência da abertura chinesa para o exterior – que implica numa convergência de técnicas e produtividade entre a China e o resto do mundo. A predominância da pequena propriedade na China, as-

sim, não é suficiente para prender a maior parte da população no campo.

Podemos concluir que, conforme seria previsível, as regiões mais prósperas são os grandes destinos dos migrantes enquanto as menos beneficiadas pelo crescimento econômico e que se situam relativamente próximas são as principais províncias de origem dos migrantes. A migração interna, assim, foi impulsionada por fatores de natureza econômica. Uma das principais consequências deste êxodo rural observado é a expansão dos núcleos urbanos, como mostra a seguir.

4. O processo de urbanização

Scharping (2007, p. 3) argumenta que, “com um atraso de um século em relação ao mundo e duas décadas de retardo em razão das políticas maoístas contra o crescimento das cidades, a urbanização do país mais populoso do mundo começou de verdade”. O país, que há três décadas atrás ainda era praticamente agrícola, teve um impulso de crescimento urbano em números absolutos impressionante. Segundo Small (2002, p. 2159), “aproximadamente uma em cada 25 pessoas no mundo hoje é residente urbana na China e chegou, ou nasceu, após o início da rodada de reformas que se iniciou em 1978”. Entre 1970 e 2002, os núcleos urbanos chineses aumentaram em cerca de 360 milhões de pessoas – apesar das estatísticas tradicionais, que não contam os trabalhadores sem registro urbano, apontarem para um número menor em 150 milhões de pessoas⁸. Este contingente de crescimento representa aproximadamente 1,9 vezes a população brasileira. Mike Davis (2006, p. 14) compara este montante com a urbanização européia: “a China, que se urbaniza numa velocidade sem precedentes na história humana, somou mais moradores urbanos na década de 1980 do que a Europa inteira (incluindo a Rússia) em todo o século XIX!”. Apesar de esta urbanização apresentar um volume impressio-

“ *A restrita capacidade das economias urbanas de absorverem o excedente de mão-de-obra rural e a escassez de alimento também contribuiu para o ritmo moderado da urbanização no período...* ”

nante, não se deve deixar de olhar a situação de maneira relativa, pois, em porcentagem da população, o total de crescimento dos núcleos urbanos não é excepcional – está mesmo aquém do que poderíamos esperar de uma economia com taxas de crescimento industrial e desigualdades regionais crescentes. Em 22 anos de reformas, entre 1980 e 2002, o percentual de moradores urbanos aumentou de 19,4% para 39%. O Brasil, depois do início da fase intensa de urbanização, a partir de 1940, passou de uma população urbana de 18,8% para 82% - tornando-se um dos países mais urbanizados do mundo. No período mais intenso, entre 1940 a 1970, os índices de urbanização brasileira passaram de 18,8% para 56,8% - mudança que, em termos percentuais, é mais rápida do que a observada hoje na China.

De acordo com o último censo disponível, de 2002, a maioria da população chinesa ainda vive no meio rural. Segundo o censo, 39% da população era urbana, contra 61% do meio rural. Entretanto, estimativas para 2007 consideram que a transição de uma maioria rural para uma maioria urbana está acontecendo

neste período. Extrapolações chegam a indicar que a população urbana em 2030 será de 60,3% (NAÇÕES UNIDAS, 2007). Isto é fruto do êxodo rural, principal fator para o aumento da urbanização tanto na China como na maior parte do mundo. A China tem hoje mais de 40 cidades com população acima de 1 milhão de habitantes, contra 5 no ano da Revolução, 1949. Os Estados Unidos, entretanto, têm apenas 9 cidades nesta classificação (KYNIGE, 2007).

O movimento de urbanização chinês passou por diversas fases (SONG e ZHANG, 2002). Na primeira delas, entre 1952 e 1965, quando a China investiu no crescimento das indústrias de base, a urbanização foi crescente e constante. Muitos trabalhadores rurais foram recrutados e cidades industriais criadas. Nestes 13 anos, a população urbana cresceu 82%. Podemos considerar a segunda fase como a da Revolução Cultural, entre 1966 e 1977. Em consequência dos milhões de jovens mandados da cidade para o campo, a urbanização foi ínfima ou negativa no período – a taxa de urbanização foi menor do que a de crescimento populacional. Neste período, desde a Revolução de 1949 à morte de Mao Zedong, a urbanização foi comediada através do controle governamental. A restrita capacidade das economias urbanas de absorverem o excedente de mão de obra rural e a escassez de alimento também contribuiu para o ritmo moderado da urbanização no período. Como afirmado anteriormente, o campo é pensado como autossuficiente, e capaz de dar sustento a quem ali se instalar, implicando em pouca necessidade do governo de enviar a população para o campo. Além disto, a economia chinesa estava isolada do resto do mundo, fazendo com que a urbanização não fosse afetada por fatores externos, como capital estrangeiro (SONG e TIMBERLAKE, 1996).

⁸ Dados do Escritório Nacional de Estatísticas da China. Disponível em www.stats.gov.cn/english. Acesso em agosto de 2007.

“ A urbanização poderia ter se acelerado ainda mais caso políticas para inibir a migração do campo para a cidade não estivessem presentes, urbanização esta que aumentaria os custos de manutenção dos meios urbanos numa relação... ”

Por fim, a terceira fase de urbanização começa com as reformas. É a época de urbanização mais acelerada na China. A população urbana passou de 18% do total em 1978 para praticamente 50% nos dias de hoje. Os controles de migração mudaram de caráter nesta época de reformas. As cidades, em especial as do litoral, receberam tratamento privilegiado para se desenvolverem de forma econômica e urbana – com políticas fiscais preferenciais, autonomia administrativa e a formação das ZEE, com grande atração de investimento estrangeiro. Conforme Small (2002, p. 2160), “o investimento externo direto é um fator causal especialmente forte, explicando muito da diferença entre a costa e o interior no que diz respeito às taxas de crescimento urbano”. Por fim, o aumento da produtividade no campo também contribuiu para o êxodo rural. O capital na agricultura diminuiu a necessidade de mão de obra, criando um excedente de mão de obra – pronto para ir para a cidade, se houver condições. Essa última fase da urbanização chinesa tem uma característica de metropolização, semelhante ao ocorrido no Brasil. Esta metropolização é indissociável da centralização, comprovada pelo aumento da

desigualdade regional. Como produto deste fenômeno, o país hoje tem cinco ou seis cidades com mais de 10 milhões de habitantes.

Somado ao processo de urbanização, a China passou por um enorme salto populacional desde a Revolução. Enquanto em 1950 a população era de 563 milhões de pessoas, em 2007 ela chega, conforme já citado, a 1,3 bilhões de pessoas. Este crescimento populacional é certamente impactante no desenvolvimento urbano. Entretanto, o crescimento populacional, assim como parte da política chinesa, está sobre controle. Com a política de um filho por casal, implantada em 1979, a taxa de fertilidade caiu para 1,7.

Se não houvesse singulares controles de migração na China, a urbanização tenderia a ser mais rápida. Considerando que nas últimas décadas o país gerou ou absorveu uma série de fatores aceleradores do processo de crescimento urbano – processo que é em sua grande parte consequência de fluxos migratórios –, a explosão urbana teria todas condições de ser mais acentuada. Para Small (2002, p. 2160),

este grande número de novos habitantes urbanos existe apesar do singular sistema *hukou* de registro de residência, o qual restringe a migração permanente para as cidades, mas permite um grande fluxo de migrantes temporários, criando, por consequência, um grupo de moradores urbanos com direitos reduzidos.

A urbanização poderia ter se acelerado ainda mais caso políticas para inibir a migração do campo para a cidade não estivessem presentes, urbanização esta que aumentaria os custos de manutenção dos meios urbanos numa relação mais que proporcional ao aumento da população local. O controle migratório restringe a necessidade de expansão da infraestrutura no meio urbano e, certamente, atenua as prováveis deficiências de infraestrutura e de serviços urbanos – as quais são corren-

temente observadas em países de industrialização tardia, como o Brasil.

Para ilustrar a velocidade da urbanização chinesa, propomos uma tabela comparativa (Tabela 2) com as taxas de urbanização e crescimento da população urbana e rural em países e regiões. Estes dados são provenientes do programa das Nações Unidas para população. Escolhemos, além da China, três países, duas regiões e a média dos países menos desenvolvidos – na acepção das Nações Unidas. A intenção é dar um panorama da urbanização, uma vez que esta amostra não se pretende representativa. Dos quatro países, a Índia é o menos urbanizado e o Brasil o de industrialização mais antiga – o Brasil foi escolhido apesar do ápice do êxodo rural e do crescimento das cidades ter acontecido entre os anos 1960 e 80. A China é palco de um claro êxodo rural. Enquanto sua população rural cai a uma taxa de 0,9% ao ano, sua população urbana cresce a mais de 3% ao ano. O Brasil e a Malásia, entretanto, assistem a êxodos rurais ainda mais acentuados, com a população no campo caindo, respectivamente, 2,1% e 1,2% ao ano. Em termos de crescimento urbano, a Malásia também ultrapassa a China. O mais interessante a notar, neste caso, é que a média da África e dos países menos desenvolvidos é maior do que o crescimento urbano chinês. Apesar de parte dos países incluídos nestas cestas viverem um fenômeno caracterizado pela urbanização sem industrialização, eles também representam os países de industrialização tardia, categoria da qual a China faz parte – o que acontece quando se considera as reformas após 1978 como um divisor de águas no desenvolvimento industrial chinês. Apesar de esta tabela negligenciar o momento de cada país ou região, pretendemos com ela relativizar a taxa de urbanização chinesa e mostrar que, em termos percentuais, a urbanização chinesa talvez seja menos impressionante do que divulgado.

Tabela 2 – Taxa de urbanização de países selecionados e crescimento médio (%) (2005 e 2030)

País	Percentual urbano médio (%)		Crescimento anual 2000 -2005	
	2005	2030 ¹	Urbano	Rural
China	40,3	60,3	3,1	-0,9
Malásia	67,3	81,9	3,7	-1,2
Índia	28,7	40,7	2,3	1,3
Brasil	84,2	91,1	2,1	-2,1
Média da Ásia	39,8	54,1	2,6	0,3
Média da África	38,3	50,7	3,3	1,5
Média países menos desenvolvidos ²	26,7	40,9	4,0	1,9

Fonte: Nações Unidas, 2007. ¹ Extrapolação. ² Definido pela Convenção da ONU em 2003 e incluindo 50 países.

Contudo, dado o tamanho absoluto da população chinesa, o fenômeno migratório atinge uma dimensão espetacular, como comentado por Harvey (2008): “a China se acha agora [2005] em meio à maior migração em massa que o mundo já testemunhou, que já ultrapassa em muito as migrações que deram outra face à América e ao mundo ocidental moderno” (p. 138).

As cidades chinesas e seus habitantes foram em grande parte privilegiados por uma assistência social que garantiu os rendimentos dos que lá moravam, mesmo em momentos marcados por políticas desfavoráveis, como durante a Revolução Cultural. Mais recentemente, as áreas urbanas também foram alvo de políticas de incentivo à industrialização, focadas na exportação. Nas palavras de Chan e Zhang (1999, p. 821),

nos anos 1950, 60 e 70, para financiar a expansão da indústria, o governo induziu um intercâmbio desigual entre agricultura e indústria. Além disso, se responsabilizou pelo alimento e emprego da população industrial-urbana, deixando o resto sem suporte estatal.

Considerando que apenas 12% da população chinesa moravam em áreas urbanas na época da revolução comunista, podemos considerar que as bases urbanas da China foram dadas pelas políticas pós-1949. Como afirma Davis (2006, p. 62), “a cidade e o campo eram concebidos como mundos separados, que se sobrepunham apenas em condições cuidadosamente definidas pelo Estado-partido”. Posto que estas políticas de privilégio aos moradores urbanos foram se diluindo com o tempo, conforme dito anteriormente, as desigualdades regionais se encarregaram de elevar a atração das cidades. Por fim, entendendo que uma economia centralizada exige um aparelho burocrático forte, a construção urbana chinesa desde a revolução foi necessária para viabilizar um projeto de Estado desenvolvimentista, nos termos apresentados por (CASTELLS, 1999).

Considerações Finais

A urbanização em grande escala se reflete na estrutura da cidade e no cotidiano das pessoas que ali vivem. Na China, as mudanças de hábito por conta disto têm sido fortes e impressionantes. De cidades

que se constituíam por *hutongs* – vilas habitacionais multi-familiares, térreas e com pátios internos de uso comum – e por bicicletas, o meio urbano chinês é hoje polvilhado por arranha-céus, grandes avenidas e centros de serviços. Enquanto Shanghai inaugura o terceiro maior arranha céu do mundo, na moderníssima região de Pudong, Pequim ganhou a maior loja *Louis Vuitton* do mundo e convive, em todas as horas do dia, com sua avenida principal de 16 pistas, a *Tian’an men*, sempre abarrotadas de carros. Não por menos, a China é hoje o maior mercado dos veículos da marca de luxo Audi fora da Alemanha. A valorização das áreas centrais manda os moradores de menor renda para a periferia e transforma antigas casas em modernos edifícios. Como afirma Davis (2006), “Shanghai forçou o reassentamento de mais de 1,5 milhões de cidadãos entre 1991 e 97 para abrir espaço a arranha-céus, prédios de luxo, shopping centers e nova infraestrutura” (p. 110). Ainda segundo o autor, “no mesmo período, quase 1 milhão de moradores da cidade velha de Pequim foram empurrados para as cercanias” (idem).

São mudanças que poderiam ser apelidadas de uma transição do reino da bicicleta para o reino dos automóveis. Mike Davis (2006, p. 137) descreve esta transição:

na China, que já foi o reino da igualitária bicicleta, os planejadores dão hoje prioridade irracional aos automóveis. Pequim destruiu grandes áreas de vilas tradicionais, com seus pátios e casas pobres, assim como a pitoresca rede de *hutongs* (becos), para abrir espaços para avenidas e vias expressas. Ao mesmo tempo, os ciclistas foram penalizados com novas taxas de licenciamento, restrições ao uso de ruas principais e o fim dos subsídios às bicicletas antes pagos pelas unidades de trabalho.

Parece que a urbanização chinesa traz consigo, inevitavelmente, a elitização e a ampliação da disparidade entre as classes sociais.

Referências

ALONSO, C. **Reformas econômicas na China**. Economia política internacional: análise estratégica. São Paulo, Unicamp, 2005.

ANDERSON, J. **Is China export led?** In: Asian Focus. UBS Investment Research, 2007, Disponível em <www.allroadsleadtochina.com>. Acesso jan de 2008.

ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim**. São Paulo, Boitempo, 2008.

BAO, S. et alli. **Geographic factors and China's regional development under market reforms, 1978-1998**. In: China Economic Review, v. 12, 2002, p. 89-111.

BIANCO, Lucien. **Asia contemporânea**. México, Siglo XXI editores, 1976.

CASTELLS, Manuel. **Fim de milênio**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CHAN, Kam W., ZHANG, Li. **The hukou system and rural urban migration in China: processes and changes**. In: The China Quarterly, Cambridge, 1999.

CHINA DAILY. **Diversos números**. Disponível em <www.chinadaily.com.cn>. Acesso jan 2008.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo, Boitempo, 2006.

FAIRBANK, J.K & GOLDMAN, M. **China - uma nova história**. 3. ed. Porto Alegre, L& PM, 2008, 530 p.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: histórico e implicações**. São Paulo, Loyola, 2008.

HEILIG, G. **Can China feed itself: a system for evaluation of policy options**. Land Use Project. In: International Institute for Applied Systems Analysis. 1999. Disponível em: http://www.iiasa.ac.at/Research/LUC/ChinaFood/index_m.htm. Acesso jan 2008.

KYNGE, J. **A China sacode o mundo: a ascensão de uma nação com fome**. São Paulo: Globo, 2007.

LIANG, Z., CHEN, Y., GU, Y. **Rural industrialization and internal migration in China**. In: Urban Studies, New York, Carfax Publication, v. 39, n. 12, 2002.

LIMA, É. N. S. **O IX Plano Quinquenal Chinês – diminuindo as disparidades regionais**. 2007. 76 p. Monografia (conclusão de curso de graduação) - Departamento de Ciências Econômicas da UFSC, Florianópolis.

LIU, Zhiqiang. **Institutions and inequality: the hukou system in China**. In: Journal of Comparative Economics, vol. 33, p. 133-157. Boston: Elsevier, 2005.

LIU, G. e GARINO, G. **China's two decades of economic reform**. In: Economics of Planning. Kluwer Academic Publishers, v. 34, 2001.

MENG, X. et alli. **Poverty, inequality and growth in urban China**. In: Journal of Comparative Economics, Elsevier, v. 33, 2005.

MURPHY, R. **Domestic migrant remittances in China: distribution, channels and livelihoods**. In: International Organization for Migration. Bristol, University Press, 2004.

NAÇÕES UNIDAS. **World population prospects: the 2006 revision**. In: Department of Economic and Social Affairs of United Nations. New York, United Nations, 2007.

OLIVEIRA, C.A.B. **Reformas econômicas na China**. In: Economia Política Internacional: análise estratégica. Campinas, n. 5, abr./jun. 2005, 8p.

OLIVEIRA, G.C. **O Estado e a inserção ativa na economia: a estratégia de desenvolvimento econômico da China**. São Paulo, USP. Seminário de Economia Política, 2006.

RUIZ, R. M. **Polarização e desigualdades: desenvolvimento regional na China (1949 – 2000)**. Belo Horizonte: UFMG, Cedeplar, 2006 [Texto para Discussão].

SCHARPING, T. **Studying migration in contemporary China: models and methods, issues and evidences**. In: Cologne China Studies Online. Colônia: Editora da Universidade de Colônia, 2004.

SMALL, K. **Chinese Urban Development: introduction**. In: Urban Studies, Nova Iorque, Carfax Publishing, v. 39, n. 12, 2002, p. 2159-2162.

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Editora brasileira, 1975.

SMALL, K. **Chinese urban development: introduction**. Urban Studies, vol 39, n. 12, Nova Iorque, Carfax Publishing, 2002.

SONG, S. and TIMBERLAKE, M. **Chinese urbanization. State policy and the World economy**. In: Journal of urban affairs. Elsevier, vol. 18, 1996.

SONG, S. and ZHANG, K. **Urbanization and city size distribution in China**. In: Urban Studies, New York, Carfax Publishing, v. 39, n. 12, 2002.

SPENCE, Jonathan. **Em busca da China moderna: quatro séculos de história**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

The Economist. Vários números, disponível em <www.economist.com>.

TSUI, K. **Economic reform and interprovincial inequalities in China**. Journal of Development Economics, v. 50, 1996. Acesso out 2007.

XIAOPING, D. **Discurso de Abertura do XX Congresso do Partido Comunista da China**. In: The complete works of Deng Xiaoping, v. 3, 1982. Disponível em <<http://english.people.com.cn/dengxp>>. Acesso out 2007.

XIE, Yichun. **Retrospective of China's urbanization and regional development in the era of economic reforms**. In: Geojournal, Amsterdam Academic Publishers, v. 29, 1993.